

# Espaços de interesse do Império Português no Atlântico Sul

## Algumas considerações a respeito da importância da colonização do Brasil

*Jorge Paulo Pereira dos Santos<sup>1</sup>*

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão sobre a importância do Atlântico Sul para a colonização portuguesa. Isto serve para, até certo ponto, contextualizar o Brasil na estratégia ultramarina do Império Português, mostrando sua crescente importância para o controle do Atlântico Sul. Aqui são também apresentadas e qualificadas algumas estratégias de domínio e controle do Império ultramarino português, principalmente, aquelas voltadas ao território brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Império Português. Colonização. Atlântico Sul.

### Introdução

O século XV foi marcado pela transição da Geografia fantástica para a Geografia realista, isto é, o relato dos viajantes marca a transição entre uma geografia dos relatos maravilhosos para uma geografia de inventário, de cunho utilitarista, marcando o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna. Em outras palavras, “o saber e o discurso geográfico no século XV já versavam sobre lugares concretos, incluindo descrições das terras recém-descobertas”. Tim Unwin (1992) associa esse tipo de Geografia característico da época à Corografia de Ptolomeu, que englobava tanto a cosmografia, ou a ciência do globo, quanto

às descrições da superfície terrestre. Com as grandes navegações o mundo deixou de terminar no Cabo Bojador e se expandiu ao sul da costa africana.

A expansão marítima europeia desde o século XV criou uma possibilidade para ampliar o conhecimento herdado da Idade Média na Europa. Não obstante, o conhecimento produzido não era mais orientado exclusivamente para conversão dos mouros, isto é, a causa dos conflitos não tinha mais como razão principal o fato religioso. Consequentemente, os roteiros de viagens exploratórias cada vez mais passariam a ser realizados a partir dos interesses dos estados modernos, primeiramente pelos portugueses e espanhóis

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela UERJ (jorgeografo@gmail.com).

e posteriormente pelos italianos, holandeses, franceses e ingleses, com o claro objetivo de obter lucros com o comércio das especiarias.

A atividade comercial e o contato com o mar não era uma tarefa nova para os lusitanos. Desde fins da Idade Média, o intercâmbio já acontecia com os navegadores italianos e com os comerciantes árabes, circunstância que proporcionou aos portugueses a oportunidade de acumular conhecimentos e assim se lançar, a partir da segunda metade do século XV, à expansão marítima.

Em sua observação, Ferro (1996) destaca que a diferenciação de postura empreendedorista da nobreza da península Itálica e da península Ibérica foi a condição que fomentou a expansão da fronteira portuguesa em fins do século XV. Vale destacar que Gênova e Veneza não passavam pelo mesmo momento político que Portugal; este estava unificado em torno de um governo único, obedecendo a uma só Coroa, situação que despertou na população o sentimento de pátria, reflexo da consolidação da identidade nacional.

Conforme Holanda (1996), a expansão da fronteira implicou também possibilidades de recursos infinitos, substituindo a concepção de uma geografia fantástica, de base edênica, por uma geografia concreta e tropical, vinculada à visão do paraíso terrestre, visto que foi uma nova possibilidade de vida e do consumo de produtos que encantavam a Europa e, sobretudo, enriqueciam suas burguesias. Em outras palavras, as descobertas marítimas dos primeiros anos das viagens pelo Atlântico tiveram início com a tomada de Ceuta, no norte da África (1415), e foram seguidas, ainda no século XV, pela descoberta das ilhas Açores, Madeira, Canária e Terceira, lugares com características naturais distin-

tas da Europa. Esta foi a marca para uma progressiva mudança de percepção sobre o mundo. A realidade deixa de ser explicada somente pelo elemento sobrenatural. A finalidade dessas primeiras viagens deu conta de apresentar uma nova visão de mundo.

Dessa maneira, a expansão da fronteira europeia para a América foi sendo construída a partir do deslocamento dos limites da linha demarcatória dos novos espaços de controle das potências ultramarinas, liderada pela presença portuguesa nos mares. Holanda (1995) ressalta que, em virtude de Portugal ter tido esse caráter de fronteira na história de sua formação social e política, acabou tornando-se um fator que contribuiu na oportunidade em que os portugueses saíram da Península Ibérica e ampliaram suas fronteiras para regiões próximas, como as ilhas do Atlântico e o litoral do Norte da África, fortalecendo-os, para mais tarde ocupar e explorar o Sul do litoral africano e alguns pontos do litoral do Índico e do Brasil.

A preocupação em identificar e localizar precisamente o paraíso terrestre cedeu lugar à exploração efetiva dos veios de metais preciosos e das especiarias, tão importantes para a sobrevivência na Europa assolada pela rigidez do inverno. Assim, a vontade de entender as coisas da religião deixou de ser o foco; a prioridade era resolver aqui na Terra as intempéries que dificultavam a sobrevivência da população europeia ao longo do século XV. Conhecer o terreno, determinar estratégias para dominá-lo e ter a supremacia sobre o comércio colonial passaram a integrar as preocupações das nações europeias.

Para Holanda (1996), Portugal possuía uma geografia que o destinava ao mar. Além disso, a sua organização política, já consolida-

da nos séculos XIV e XV, foi outro fator que contribuiu para esse projeto de ampliação da fronteira lusitana pelo sul do Atlântico, como veremos nas seções que se seguem.

### **O Atlântico Sul como importante unidade geopolítica do Império Português: antecedentes**

A tomada de Ceuta em 1415 marcou o início do desbravamento marítimo lusitano. Ceuta, no século XV, era um porto terminal do comércio de ouro vindo da rota terrestre do Saara. Esse ouro provinha dos negros do Alto Níger e do Senegal. Parece que, cedo ou tarde, os portugueses compreenderam que talvez pudessem estabelecer contato com essas terras por mar e desviar o comércio de ouro das caravanas do Sudão Oriental e das rotas dos mulçumanos de Berberia. Nessa ocasião, em que Ceuta foi invadida, um grande impulso motivava os portugueses: a enorme procura de ouro nos últimos séculos, da Idade Média, na Europa Ocidental. (BOXER, 1969)

Dessa maneira, o Atlântico, que antes era enxergado pelos portugueses como "*mar tenebroso*", passou a ser visto como um meio para alcançar recursos naturais bastante cobiçados na Europa do século XV. Na prática, o Atlântico foi encarado como um espaço de caráter geopolítico, isto é, o oceano foi um espaço onde o poder português foi exercido, controlando o trânsito sobre a rota de produtos africanos, desenvolvendo-se o comércio de ouro, de escravos e de especiarias, produtos muito cobiçados na Europa Ocidental.

A respeito do conhecimento e do domínio dessa nova rota, parece ela ter propiciado uma relação comercial distante do monopólio dos árabes e dos genoveses e venezianos na rota do

Mediterrâneo. Com isso, Portugal, mais precisamente, o porto da cidade de Lisboa, passou a assumir o lugar de Gênova e Veneza como centro difusor de mercadorias provenientes da África e da Ásia, durante o século XV.

A definição de um Atlântico Sul surgiu concomitantemente às postulações portuguesas de desenvolver uma política de domínio marítimo, baseado no controle das margens brasileira e africana. Essa política permitiu que se constituísse uma bacia de dimensões oceânicas, decorrente do intenso comércio, de natureza colonial, que se estabeleceu entre ambas as margens. Em outras palavras, dava-se dessa maneira o ponto de articulação do espaço local com o espaço global, com o objetivo de monopolizar o comércio de especiarias e metais preciosos, com a instalação de pontos estratégicos na costa africana e no litoral do Índico, encerrando-se assim o monopólio do comércio Ultramarino. Esse monopólio foi materializado com a criação da Casa da Mina na África e da Casa da Índia na Ásia (PENHA, 1998; SILVA, 1990).

O interesse de Portugal pela costa africana se deu pela possibilidade de estabelecer possessões que servissem de base logística para o mercantilismo. A tendência para investir em uma política de exploração marítima teve grande incentivo e interesse por parte de D. Dinis, que se preocupava com assuntos relacionados às estratégias para o domínio marítimo, incluindo a construção de navios, a elaboração de projetos de artilharia naval de grande porte e os princípios doutrinários estabelecidos com vistas à arte da guerra naval. Por ocasião do governo de Dom Dinis, o Estado português pôde desfrutar com vantagem as comunicações pelo oceano. (PENHA, 1998; SELVAGEM, 1981)

O conhecimento sobre estratégias para apropriação territorial, no caso o mar, fez de Portugal um empreendedor, utilizando-se da estratégia naval, que consistia em avaliar a importância do controle das passagens estreitas utilizadas na navegação e, também, na concentração e mobilidade de forças para tirar proveito e monopolizar o comércio, além de vencer as guerras. Outro elemento relevante foi a introdução de novo tipo de embarcação, as “caravelas”, em substituição às galeras e às naus, mais velozes do que estas. (HOLANDA, 1996; SILVA, 1990; WHELING; WHELING, 1999).

Para garantir a posse da nova rota, via Atlântico, foi preciso estabelecer pontos de apoio logístico. A estratégia para avançar pelo Atlântico Sul contou com a fixação no espaço de pontos relevantes para assegurar a proteção e a posse sobre a nova rota comercial. A partir de então, a política portuguesa de expansão ma-

rítima marca, não somente para a Península Ibérica, como também para toda a Europa Ocidental, o rompimento definitivo com o sistema feudal de produção, determinando o começo do capitalismo mercantil.

No início do século XV, o processo de expansão ultramarina começou por explorar o Norte da África (Ceuta, 1415) e as ilhas próximas do continente europeu: Canárias (1412), Madeira (1418), Açores (Santa Maria e São Miguel, 1427) e posteriormente as outras ilhas que fazem parte do Arquipélago (Terceira, Graciosa, S. Jorge; Faial e Pico, 1432) e a ilha de Cabo Verde (1458). As ilhas, além de

funcionarem como base logística para o progressivo avanço sobre o Atlântico Sul, também abrigavam atividades agrícolas, por possuírem solos férteis. Elas (as ilhas) funcionavam como ponto de parada e abastecimento para os navios que regressavam ou se direcionavam para o litoral sul do continente africano. Nelas ainda era praticado o cultivo do trigo e da cana-de-açúcar, produtos também comercializados no porto de Lisboa. A garantia da nova rota pelo Atlântico e do avanço progressivo sobre estas ilhas e, paulatinamente, pelo litoral africano delinearam um novo contorno para a fronteira lusitana, não somente como uma linha demarcatória, que indicou o início e o fim da jurisdição portuguesa, mas também como o

avanço de um processo socioeconômico, isto é, da dinâmica do setor financeiro e econômico de Portugal. (NEVES, 2000)

A expansão do Império português possuía distintas hierarquizações espaciais. O maior grau de importância estava

nas feitorias do Índico, seguido pelas feitorias da África e do Brasil. O interesse pela África e pelo Oriente era comercializar as especiarias com as fontes produtoras e, ao mesmo tempo, conseguir o apoio do lendário rei cristão que habitava o Oriente, o Preste João. Nos séculos XV e XVI, Portugal era um reino independente, e o seu interesse mantinha-se na África e nas Índias. Por volta de 1445, como estratégia para desviar o comércio que tinha como rota o deserto do Saara, foi fundada a primeira feitoria em Arguim — sul do Cabo Branco. Nos anos subsequentes, um castelo foi erguido, e nele eram trocados cavalos, te-

---

*O interesse de Portugal pela costa africana se deu pela possibilidade de estabelecer possessões que servissem de base logística para o mercantilismo*

---

cidos, objetos de cobre e trigo por pó de ouro, escravos e marfim. Esta dinâmica econômica das feitorias na África e na Ásia fez com que a coroa portuguesa designasse membros da nobreza para a administração dessas regiões. Ao passo que, na América portuguesa, os administradores eram membros da burguesia ou do exército lusitano. (GOUVEIA, 2004; MONTEIRO, 2005; RICUPERO, 2005)

No século XVII, consequência da unificação das coroas portuguesa e espanhola, os lusitanos sofreram a hostilidade dos inimigos de Felipe I (de Espanha e Portugal unificados), e o reino português, que antes houvera dilatado até o extremo Oriente, sofreu um processo de retração por conta dos ataques às suas colônias. Isso fez com que se estreitassem as conexões comerciais entre as duas margens do Atlântico, no caso o Brasil e Angola. Essa relação comercial foi, para Portugal, de suma importância para reequilibrar sua economia fragilizada após o fim da União Ibérica. Os espaços que constituíram as possessões lusitanas também fizeram parte do Império Português, nos oceanos Atlântico e Índico, que possuíam valores econômico, militar e simbólico distintos, consolidando uma hierarquização no Império Ultramarino português. (RUSSEL-WOOD, 2001)

Cunha (2005) mostra que essa hierarquização foi definida pela titulação de nobreza dos responsáveis pela administração nas colônias que constituíam o Império marinho português. Os cargos mais antigos, com maior prestígio, estavam na Índia (seus governantes recebiam o título de vice-rei), sendo seguida pelo governo do Brasil, depois o governo do norte da África e Madeira, Açores, e finalmente Pernambuco (esses últimos recebiam o título de governador-geral). Porém, alguns

pontos do território brasileiro permaneceram excluídos desse privilégio, ficando fragilizados: Maranhão e Grão-Pará, Rio de Janeiro. O interesse maior pelo Oriente persistia graças à comercialização de produtos refinados — cuja mercantilização os portugueses intermediavam —, ao passo que, na América Portuguesa, as mercadorias estavam em seu estado primário (matéria-prima), o que exigia dos lusitanos ir até as fontes, extraí-las e transportá-las.

Parece que maior quantidade de fortificações estabelecidas na costa africana deveu-se ao esforço sistemático em desviar e garantir o comércio do ouro da rota do Saara para o litoral atlântico da África, visto que os emissários lusitanos nunca conseguiram estabelecer nenhuma feitoria no interior, ficando obrigados a depender dos intermediários negros para o fornecimento do ouro que eles mesmos não conseguiam retirar dos veios. Esses fortes também serviam de apoio ao tráfico de negros, que eram reexportados por Portugal. Além destes, outros produtos eram comercializados, tais como, a malagueta destinada a Flandres. (BOXER, 1969)

No Oceano Índico, essas fortificações serviam para assegurar o controle da rota comercial e não da jurisdição territorial no Oriente dos séculos XV, XVI e XVII. Contudo, o domínio mulçumano era incisivo no Oriente; isso porque, na costa da Índia especialmente, houve uma cooperação estreita e cordial entre os ricos mercadores e rajás hindus, sem que nenhuma das partes tentasse converter a outra, assim consolidando o monopólio mulçumano do comércio Índico. Os portugueses logo perceberam que só conseguiriam penetrar nesse mercado pela força e não pela competição pacífica. De imediato,

começaram a fazê-lo com grande crueldade. Para alcançar seus objetivos, fortificaram alguns pontos para que servissem de bases navais e entrepostos comerciais. Essa ação foi realizada durante o governo de Afonso Albuquerque (1509-1515).

As grandes proporções do Império Ultramarino Português, delineado no século XV, podem ser mensuradas pelo grande número de fortificações existentes, que constituíram, assim, parte das estratégias de construção e defesa do Império marítimo português. Um modo de integrar não somente militar, mas também, econômico, social e político, capaz de criar um sistema que se articulava na área de influência do Império. Esse tipo de economia, com um significativo suporte militar, coordenava os estoques e os fluxos de mercadorias. O sistema defensivo português foi construído a partir desse processo. Sua organização e o seu desenvolvimento pelo Atlântico Sul estão vinculados ao padrão de circulação característico do Império marítimo lusitano no Oriente e no Ocidente.

Várias foram as formas associadas ao sistema defensivo, em muitos pontos do litoral americano e africano. Alguns fortes, fortificações e fortalezas foram edificados em pontos isolados da costa, sem o suporte de povoados, ficando assim fadados ao fracasso. O que se verifica é que esses pontos fortificados no Oriente e no Ocidente constituíam elementos para ordenar o território colonial mediante a lógica capitalista mercantil, isto é, a função do sistema defensivo era a de sustentáculo para circulação de produtos, incluindo aí a força de trabalho dos escravos africanos.

Com isso, os lusitanos empreenderam esforços para a edificação de fortificações em seus domínios, a começar pela ilha da Madeira

e pelo litoral africano, com a fortaleza de São Jorge da Mina. Os pontos colonizados nas ilhas do Atlântico, na costa da África e no Índico, constituíram lugares que se articulavam formando uma rede, não só comercial, como militar. Em muitos casos, as guarnições dos fortes, fortins, fortalezas e baterias iam em socorro dos pontos que estavam ameaçadas pelos franceses, holandeses e ingleses, estabelecendo com isso os limites da atuação mercantil lusitana, tanto no Índico como no Atlântico.

Parece que o ato de assegurar o controle das rotas comerciais não era o suficiente para a política de Estado das nações da Península Ibérica. O acerto dos limites, isto é, das fronteiras entre os dois reinos na América foi uma questão por demais conflituosa. Este fato está ligado à falta de critérios materiais para demarcar, no interior do continente, onde uma e outra possessão teria início e fim. A penetração para o continente foi motivada pela cobiça de metais preciosos, já explorados na América espanhola. Com isso, uma dupla preocupação surge: a garantia da rota do Atlântico Sul — alternativa para chegar à Ásia — e a garantia de territórios descobertos na América.

A fortificação de pontos conexos no litoral africano marcou o monopólio do novo caminho para as Índias. Logo, a burguesia mercantil lusitana criou mecanismos para impedir a presença de outras nações no novo caminho para o Oriente, usando para isso a sua força militar. Dessa maneira,

confiscavam os carregamentos de quem não estivesse autorizado, ou seja, todo e qualquer navio que navegasse sem as cartas de autorização seria tratado como pirata e capturado. Assim, inundaram a Europa com todo tipo de produto, por meio de Lisboa, como o paninho de Calicut, a pimenta e as demais especiarias.

O incremento do projeto de colonização portuguesa no Brasil, no início do século XVII, deve-se, em muito, aos assédios dos franceses, holandeses e ingleses ao litoral brasileiro no século XVI, o que foi ameaçador à soberania portuguesa. (WHELING;WHELING, 1999)

### **O Conselho Ultramarino e o controle da fronteira portuguesa na América**

Para garantir o sucesso da economia administrada pela burguesia mercantil lusitana, foi necessário criar mecanismos para o controle do comércio e do Império colonial português. A medida política de controlar o comércio marítimo fez surgir nova estratégia para a manutenção de seus negócios, e assim se dá a criação do Conselho Ultramarino, em 1602. Era uma necessidade de centralização e unidade dos negócios de ultramar, que corriam já por diferentes ministros — especialmente o conselho da Fazenda —, sem haver para eles tribunal separado, como tanto convinha. Ao Conselho Ultramarino foi dado regimento na mesma data do decreto, em dezesseis artigos. Nesse regimento, as disposições anteriores foram em grande parte reproduzidas. Os negócios da fazenda do Ultramar passavam a ser da competência do Conselho Ultramarino, com a declaração, porém, de que a fazenda que viesse remetida para o reino seria administrada pelo Conselho respectivo, o que ocorria, também, com o emprego e retorno das carregações. (GARCIA, 1975)

O Conselho Ultramarino era assim um tribunal poderoso e respeitado por todos os que dele dependiam. De quase todos os contratos recebia propinas, como eram os contratos dos dízimos, da dízima das alfândegas, das baleias, subsídios dos vinhos, aguardentes e

azeites, sal, couros, passagens em rios, direitos dos escravos, tabaco etc. Era, entretanto, um aparelho moroso. As queixas vindas da colônia eram a ela devolvidas para serem informadas pelos governadores e outros funcionários, e tudo isso, com as dificuldades da navegação, levava anos para ter solução definitiva, mesmo quando se tratasse de negócios de importância mínima, como um passaporte, a baixa de um pobre soldado, ou outra qualquer coisa a esse modo insignificante.

O papel do Conselho Ultramarino, além da elaboração e execução da política colonial e às vezes de tribunal de alçada superior para dirimir os conflitos coloniais, tinha em sua pauta outros atributos, como o trato com os negros, a cobrança de impostos, a organização e construção de fortificações, os esforços de povoamento, a busca de ouro, a instrução, o abastecimento e a saúde pública.

Com o início do governo de Filipe II (1581-1598), os portugueses queixaram-se de que a sua união com Castela foi a única razão para que seus domínios ultramarinos fossem atacados pelos holandeses, e em menor proporção pelos ingleses, no princípio do século XVII. Boxer (1969) diz que estas queixas não eram muito justas, uma vez que, já no século XVI, os ingleses haviam contestado as possessões lusitanas na Guiné e a pretensão portuguesa de ser o único senhor dos mares a oriente do cabo da Boa Esperança. E como membro mais frágil da União Ibérica, Portugal sofreu mais do que Castela com os ataques marítimos holandeses, que lhes eram superiores.

Ainda no século XVI, antes da União Ibérica, a Coroa portuguesa possuía relações cordiais com a Holanda, que por sua vez investia muitos capitais dos banqueiros

flamengos nos engenhos de açúcar do Brasil. A rivalidade com a Espanha decorreu da independência dos Habsburgo, que perderam seu poder político-administrativo sobre a Holanda, que havia conquistado a sua autonomia. Com isso foi aberta a guerra de corso, envolvendo espanhóis e batavos. Essa medida seria uma fatalidade para a economia holandesa. (HOLANDA, 2003; 2004)

O revide da Holanda, em meados do século XVII, foi a criação da Companhia das Índias Ocidentais e Orientais, com o claro objetivo de tomar as possessões Ibéricas e controlar as rotas comerciais do Atlântico Sul e do Índico. O principal produto que movimentava a economia mercantil era o açúcar no Atlântico Sul. Com o pacto colonial e a restrição do comércio holandês no litoral brasileiro, os batavos ficariam fadados à ruína, daí a necessidade de constituir estratégias para manterem-se na economia açucareira que movimentava grandes somas.

O interesse holandês não foi de imediato estabelecer colônias no Atlântico Sul, mas sim participar de outro tipo de atividade econômica, o transporte de produtos no “mar oceano”. A característica econômica holandesa era a de um capitalismo agressivo, ou seja, seu objetivo comercial era penetrar nas regiões defendidas por rigorosos monopólios, como era o caso da Espanha. Depois de criada a Companhia das Índias Ocidentais, o objetivo holandês não era somente dominar o mar, ou seja, sua rota marítima, mas dominar o continente, de onde se poderia controlar a produção de açúcar em todas as suas etapas. Na América Portuguesa, a estratégia holandesa foi tomar o símbolo do poder político-administrativo e também produtor de açúcar, a sede da colônia, a cidade de Salvador, na Bahia. Pouco a

pouco, a Companhia das Índias Ocidentais, uma empresa particular, foi-se tornando uma empresa política. De acordo com Holanda (2003), a organização administrativa da Companhia reproduzia a organização política do Estado holandês.

### **O papel do açúcar na geopolítica da América portuguesa**

A produção de açúcar foi responsável pela dinâmica mercantil no Atlântico Sul. Essa atividade agrícola dava o tom das articulações comerciais na bacia atlântica. A produção açucareira sobrepunha-se, mantinha fortes vínculos e formava redes de relações com outras produções: o tabaco, os negros, o fumo e, principalmente, os alimentos etc. Contudo, percebe-se que, nos anos finais do século XVII, a produtividade e o lucro foram aumentando. Entretanto, na primeira década do século XVIII, evidencia-se o declínio bastante significativo, tanto da produção, quanto do lucro. A queda no lucro e na produção do açúcar está relacionada à retirada holandesa do nordeste brasileiro e a consequente concorrência praticada pelos batavos, como resultado da instalação das colônias açucareiras nas Antilhas, manufatura em que se tornaram detentores da técnica, dos capitais e da distribuição e refino da cana-de-açúcar.

A política holandesa esteve vinculada ao acúmulo da riqueza baseada nas relações mercantis, que por sua vez garantiu a sua segurança, tanto militar, como econômica. Uma vez fortalecidos, foi mais fácil enfraquecer a Espanha. A estratégia pensada e executada foi conquistar uma região produtora de açúcar, fato que possibilitou conjugar dois objetivos: econômico e político. Para os holandeses, to-



mar a Bahia foi estratégico, pois, ao dominar a capital da colônia, fora mais fácil submeter o resto do território colonial brasileiro.

A preocupação com a perda do comércio provocou em Portugal a necessidade de organização rápida da força militar, motivada em grande parte pela burguesia mercantil, que juntou recursos e esforços, chegando à Bahia, de onde expulsaram os invasores. Os holandeses seguiram para Pernambuco, onde permaneceram e só saíram em 1654.

Mesmo com todo empenho lusitano em impedir a fragmentação do seu território colonial, esta empreitada não teve sucesso, pois a Holanda contava com um incessante reforço de tropas e a presença de militares experimentados; além disso, o auxílio da metrópole lusitana foi descontínuo e insuficiente. Com isso, começou a se organizar no território brasileiro a força para expulsão dos holandeses. Do outro lado do Atlântico, em Angola, os holandeses também controlavam este ponto, que fornecia mão de obra para o trabalho nos engenhos de açúcar. O objetivo foi controlar, ao mesmo tempo, a produção de açúcar no Brasil e o tráfico de escravos em Angola, duas rotas altamente rentáveis, secundadas por outros comércios, entre eles, o do sal. (HOLANDA, 2005)

O projeto holandês era estender seu domínio em direção ao Norte, até o Maranhão, e em direção ao Sul, com limite na margem direita do rio São Francisco. Isso fez com que a Coroa portuguesa incrementasse a sua política de interiorização da colonização brasileira, com o objetivo de combater os holandeses.

A política da corte portuguesa no século XVII para o Brasil muda o seu foco. Se o século XVI foi caracterizado pela política que favorecia a ocupação do litoral: no século XVII,

a prioridade foi o povoamento do interior. A mudança na política de povoamento demonstra a mudança de estratégia de apropriação do espaço. O governo da União Ibérica forçou a abertura de caminhos internos, que foi seguida após a Restauração portuguesa. A penetração em direção ao Norte, isto é, ao Amazonas, teve muito mais o caráter de política do que o povoamento direcionado ao Prata, no Sul. Direcionar o povoamento para o Norte e Nordeste significou uma conquista feita aos franceses e holandeses, que por lá se instalaram.

Como exemplo de política e povoamento do interior, as expedições denominadas "Entradas e Bandeiras" constituíram uma modalidade de expansão dos limites políticos administrativos de Portugal. Nessa investida, foram atingidos os territórios dos atuais estados do Ceará, Maranhão, Pará e, em direção ao Sul, a Bahia, possivelmente alcançando a região das "minas" sem maiores consequências. No entanto, a *Entrada* de maior expressão foi a de Pedro Teixeira pelo rio Amazonas. Motivado pela chegada a Belém, por via fluvial, de espanhóis saídos de Quito, Pedro Teixeira organizou a expedição de 1637 com vistas a efetivar a rota Pará-Peru, há muito tempo ambicionada por outros colonizadores, navegando em direção à nascente do rio Napo, que ultrapassava, em muito, a linha de Tordesilhas. Foi a partir da viagem de Pedro Teixeira que a diplomacia de Portugal reivindicou o direito de posse da Amazônia. Além disso, a expedição facilitou a instalação posterior de fortes e missões religiosas no vasto território amazônico. (HOLANDA, 2003)

As bandeiras, dado seu grande número e diversidade de seus objetivos e resultados, foram objeto de várias classificações. A mais

funcional as organiza em ciclos: da caça ao índio, do combate a tribos e quilombos e do ouro. O primeiro foi iniciado no século XVI, mas teve seu apogeu na primeira metade da centúria seguinte. Atacando em primeiro lugar as tribos próximas ao planalto paulista, bandeirantes, como Manuel e Sebastião Preto, Nicolau Barreto, André Fernandes, Antonio Raposo Tavares e muitos outros, apresam essas populações, tornando-as escravas, vendidas inclusive no Rio de Janeiro. Para o interior, seguiu a política de expansão, que foi acompanhada pelo estabelecimento das fazendas de gado, pelos aldeamentos jesuíticos e pelos fortes, seguindo as principais redes hidrográficas. (BOXER, 1969; HOLANDA, 2003)

A fortificação no litoral e no interior, aliada à ação bandeirante de maior consequência, foi o “ciclo” que resultou na descoberta do ouro em Minas Gerais, ainda nos últimos anos do século XVII e, já no século seguinte, em Goiás, Mato Grosso e sul da Bahia. O território de Minas Gerais já fora atingido por “entradas”, no século XVI. No início do século XVII, várias “bandeiras” retornaram até lá, mas sem encontrar metais preciosos.

### **O fim da União Ibérica e novas estratégias de manutenção do poder lusitano no Atlântico Sul: a interiorização da conquista**

A geopolítica do Atlântico Sul delineada por Portugal, no século XVII, não contava mais com o enorme poder militar lusitano, mas sim com sua capacidade diplomática. Nessa ocasião, a estratégia portuguesa para permanecer com seus territórios de além-mar, que restaram após a Restauração, foram as várias concessões feitas aos outros reinos da Europa, particularmente à Inglaterra, para

que o Reino de Portugal fosse reconhecido como Estado autônomo. As articulações diplomáticas passavam pelas concessões econômicas feitas à Inglaterra na bacia do Atlântico. A falta de recursos do Reino para restaurar plenamente o Brasil e o interesse português em dar novo fôlego à política colonial levaram o governo imperial a criar a Companhia Geral do Comércio do Brasil, segundo os moldes do mercantilismo holandês e inglês. A mesma estratégia foi estendida ao Maranhão, com a Companhia Geral do Maranhão, para o comércio de alimentos e escravos, e ao outro lado do Atlântico, onde se criou a Companhia do comércio de escravos, em 1684.

A autonomia portuguesa obtida em meados do século XVII foi amparada no cenário da política internacional e econômica mediante o estabelecimento de uma série de tratados e alianças, com a França e com a Inglaterra. Aqueles estabelecidos com os franceses não foram adiante, mas os celebrados com os ingleses geraram uma política de estreita ligação, por meio de tratados firmados com vistas a reaver a colônia brasileira (1661, 1669 e 1703). Tais diplomas legais estabeleceram os termos de troca entre Portugal e Inglaterra. Como apontado por Silva (1990), esses acordos foram possíveis em razão de dois fatos relevantes. Primeiro, a recuperação do poder de compra de Portugal, reavivado com a chegada do ouro, pelo Marquês de Fronteira e pelo Conde da Ericeira, doutrinariamente apresentados por Duarte Ribeiro de Macedo. O segundo fato dizia respeito à aliança com a Inglaterra, que teve a prerrogativa militar e diplomática em face da pressão feita pela Holanda e Espanha, esta última insatisfeita com a separação das Coroas na primeira metade do século XVII. Os acordos entre Portugal

e Inglaterra visavam garantir aos lusitanos o apoio do único poder naval capaz de garantir a independência da frágil Coroa lusitana em relação à Espanha, bem como, assegurar o traslado dos navios portugueses pelos mares.

Assim, com o fim da União Ibérica, em 1640, o Estado português autônomo fica diplomática, militar e economicamente fraco, de modo particular em relação às trocas comerciais com os países europeus, e, ao mesmo tempo, sem recursos para manter o intenso comércio com o Oriente. Dispondo da localização da colônia brasileira em relação à península ibérica e a menor possibilidade de conflitos, Portugal direciona a sua atividade mercantil para o Atlântico Sul, estreitando os laços mercantis com

a Inglaterra, o Brasil e a África. Nessa nova etapa da vida política de Portugal, a preocupação maior foi criar estratégias para legitimar o seu poder em definitivo sobre os territórios que ainda estavam

sob jurisdição portuguesa, isto é, as atenções se voltaram para preservar algumas colônias, como as do litoral brasileiro, alguns pontos do continente africano — Angola e Congo — e as margens do Índico, na Ásia.

O Atlântico Sul testemunhou a ascensão dos ingleses como potência, com grande força marítima e exercendo sua hegemonia na bacia. Dessa maneira, a nação que obtivesse o domínio de pontos de comércio nesse Oceano estaria à frente da competição estimulada pelo capitalismo. Para isso, a nação que assumisse para si este papel, teria o desafio de romper com os monopólios instaurados, como o da Espanha, por exemplo.

---

*As conexões entre os governos da Bahia, Rio de Janeiro e Angola marcaram um momento particular na história do Atlântico Sul*

---

Assim, de forma mais expressiva, a ação política portuguesa em terras brasileiras passou a estar voltada para as estratégias geopolíticas de materialização de sua soberania. A criação dos bispados de Olinda e do Rio de Janeiro e a elevação da Bahia à condição de Arcebispado foram ações realizadas nessa direção. Também nesse mesmo período, o rei de Portugal passou a outorgar de modo mais sistemático capitânias na parte sul do Brasil, realizando concessões que iam até a boca do Rio da Prata. Outro ponto do território que foi alvo da ação da administração portuguesa foi Pernambuco, principalmente em razão da importância da sua economia açucareira.

De igual maneira, em Angola, no fim do século XVII, foram construídos presídios como forma de viabilizar o estabelecimento de novas rotas de tráfico de escravos africanos sob o controle lusitano, marcando, dessa forma, uma nova direção nas estratégias coloniais portuguesas. Se antes a atenção concentrava-se nas rotas marítimas, nesse momento, passava a estar voltada para a terra. Isso porque, no mar, havia outras forças com maior poder militar disputando as rotas; além disso, no mar não havia a possibilidade de fixar um limite material demarcando as possessões sobre a água entre as várias nações. Outra estratégia que pôde ser incluída nessa nova direção foi a utilizada por Portugal para manter o circuito Brasil-Angola: para mantê-lo, a Coroa lusa nomeou homens com laços de parentesco entre si, resguardando, assim, o controle destes pontos. Em três pontos do Império colonial português foram

nomeados membros de uma mesma família, por exemplo, a família Lencaster. (CUNHA, 2005; GOUVEIA, 2004; LARA, 2005)

Vale lembrar que Bahia, Rio de Janeiro e Angola foram pontos nevrálgicos tanto das rotas mercantis quanto dos caminhos pelos quais a governação portuguesa se movimentava. As conexões entre os governos da Bahia, Rio de Janeiro e Angola marcaram um momento particular na história do Atlântico Sul, na medida em que, juntos, procuraram estabelecer melhores condições para expansão do tráfico de escravos africanos vindos de Angola para o Brasil. Isso também favorecia a ação da Coroa, que buscava restringir a esfera de atuação de grupos mercantis situados na Bahia e no Rio de Janeiro, que há tempos vinham contrabandeando alimentos com a região do Rio da Prata. Assim, o sentido da colonização, de Empresa Colonial ligada ao processo de acumulação prévia de capital, cedeu lugar a um novo contexto dentro da lógica de acumulação do Império Português. Nele, (o novo contexto) o Brasil desempenhou um novo papel, isto é, uma conexão mercantil que escapou às tentativas de controle da Coroa, a despeito do recente estabelecimento da colônia do Sacramento.

Daí a necessidade de traçar estratégias para manter a colonização no Atlântico Sul, visto que o Reino de Portugal tinha no mercantilismo a base de sua economia. Com essa possibilidade originada pela política espanhola, a ação lusitana foi feita com base na política de poder, e, desta forma, o mercantilismo e o sistema colonial submeteram-se aos desígnios e necessidades das potências absolutistas, no momento em que estas atingiram formas eficientes de centralização política e administrativa. Nesse sentido, conforme defende

Wheling; Wheling (1999), o sistema colonial apresentou-se como um meio econômico para atingir um objetivo maior — o poder —, e este explicou o intervencionismo do Estado na economia por meio de incentivos, isenções, monopólios e regulamentos.

Ocorreu assim, a implantação de redes de integração espacial para amparar a rota comercial envolvendo Portugal–Inglaterra–Brasil e África. Como mencionado em outro momento, um ciclo econômico não exclui a existência de outro. Ao contrário, as diferentes produções brasileiras formavam malhas que se sobrepunham, e de maneira bastante lucrativa, o que sempre despertava a cobiça de outras nações europeias. Além disso, o contrabando de ouro na região do Rio da Prata despertava a cobiça de franceses e holandeses bem como a produção de açúcar, que era muito lucrativa.

Nas décadas de 1660 e 1670, as dificuldades econômicas de Portugal fizeram com que vários bandeirantes recebessem cartas do próprio rei, estimulando-os à busca dos metais preciosos. Um dos assim incentivados foi o antigo sertanista Fernão Dias Pais, que percorreu o atual território de Minas Gerais até o vale do Jequitinhonha, onde fundou arraiais de apoio, para o estabelecimento das bandeiras, nos rios das Mortes, das Velhas, Paraopeba e Araçuaí. A expedição, que se estendeu de 1674 a 1681, não encontrou ouro nem esmeraldas, porém abriu novos caminhos, facilitando a tarefa de bandeirantes, que, em 1695, encontraram os primeiros sinais de ouro. (HOLANDA, 2003; SIMONSEN, 1957)

A política portuguesa voltada para o continente obteve sucesso também mediante o avanço das fazendas criadoras de gado. A penetração das fazendas para o interior

permitiu que, em fins do século XVII, fosse estabelecida por terra a comunicação entre a Bahia e o Maranhão, liberando este último do isolamento que até então vivia.

A presença de ouro em Minas Gerais foi também muito importante no direcionamento das novas estratégias do poder lusitano, no último quartel do século XVII. A exploração do ouro mudou as relações no comércio de escravos provenientes da Costa da Mina. A compra de escravos era feita em troca do ouro em pó, proveniente das Minas Gerais. A comercialização do ouro brasileiro organizou a função dos atores envolvidos na dinâmica político-comercial do Atlântico Sul. A Inglaterra, por sua vez, passou a aglutinar em torno de si algumas

dimensões do exercício do poder: o poder naval, acumulando pontos no litoral do Atlântico Sul que serviram de apoio logístico-militar, tinha função de proteger as colônias dos interesses de outras nações europeias

(Holanda e França). O papel dos ingleses foi o de mediador das transações econômicas, isto é, a sua estratégia geopolítica esteve associada mais à manutenção do comércio e do sistema econômico mercantil do que à manutenção das grandes extensões territoriais de Portugal e Espanha, na América. (WHELING;WHELING, 1999)

A expansão da conquista direcionou-se para o interior a partir da Capitania de São Vicente, onde se procedeu a um roteiro para interiorizar o povoamento, que em fins do século XVII constituiria o caminho das “Minas Gerais”. Ao mesmo tempo em que se

consolidou o povoado de São Vicente, duas outras correntes de povoamento seguiram em direção ao Sul, movidas pela busca do ouro de lavagem e de terras para agricultura e pequena criação, percorrendo duas rotas com início em São Vicente: uma, passando por Florianópolis (1673-1678) e chegando a Laguna, em 1683; e outra, que chegou ao campo de Curitiba, em 1693. (HOLANDA, 2003; WHELING;WHELING, 1999)

A ação bandeirante encontrou ouro no sertão das Minas Gerais no ano de 1695, fato que proporcionou o deslocamento do eixo de importância administrativa para a porção sul do Brasil — importância que já se vinha verificando desde a fundação da Colônia do

Sacramento, no ano de 1680, no rio da Prata. Dessa maneira, era de interesse governamental estender o domínio português até a região, iniciativa que recebeu apoio diplomático com a criação, pelo Papa, do bispado do Rio de Janeiro,

com jurisdição até a Região (PITA, 1976; SIMONSEN, 1957; SODRÉ, 1964). Assim, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro configurou-se como ponto estratégico para o poder português na América, que incluía a Colônia de Sacramento na jurisdição da diocese carioca. O resultado foi o contra-ataque espanhol, sendo o caso decidido diplomaticamente com a definição dos limites entre a América portuguesa e a América espanhola. Esses acontecimentos relacionados à porção austral da colônia brasileira fizeram com que a cidade do Rio de Janeiro adquirisse importância maior ao longo do século XVIII. Como

---

*A presença de ouro em Minas Gerais foi também muito importante no direcionamento das novas estratégias do poder lusitano, no último quartel do século XVII*

---

visto, cresce, em finais do século XVII e início do XVIII, a importância da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro como lugar estratégico para o poder português na América.

### Considerações finais

O Atlântico Sul foi um importante espaço para relações comerciais, não somente para Portugal e Espanha, mas também para as demais nações da Europa Ocidental, a partir do século XVII. A necessidade de obter matérias-primas utilizadas para suprir as várias demandas (vestuário, alimentação, moeda etc.) fez com que os europeus se destinassem ao mar. Por assim dizer, o mar oceano tornou-se um espaço onde a possibilidade de recursos revelou-se infinita, o que atraiu a cobiça de toda a Europa. Disso podemos destacar alguns fatos que fizeram a Península Ibérica garantir suas possessões no Atlântico Sul:

1. O conflito com os árabes, que prejudicou o comércio com Gênova e Veneza e o abastecimento do mercado europeu com as especiarias;
2. A União Ibérica, que enfraqueceu política e economicamente Portugal; vale destacar que essa situação reduziu as possessões além-mar dos lusitanos, diminuindo a quantidade de seus entrepostos comerciais, principalmente na Ásia.

### Referências

- BOXER, C. *O império marítimo português, 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1969. 414p.
- CALDEIRA, J. *A nação mercantilista*. São Paulo: Editora 34, 1999. 291p.
- CUNHA, M.S. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). In: Bicalho, M. F. (orgs). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império português: séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p.89-103.

Os dois fatos acima contribuíram para que a colonização, tanto no Brasil quanto na África, tivesse maior incremento, o que estreitou as relações de troca entre as duas margens do Atlântico Sul, isto é, a África forneceu os negros que trabalhavam na mineração e outras atividades complementares nas terras brasileiras. Foi essa relação entre a América portuguesa e a África que assegurou a sobrevivência econômica de Portugal durante o período colonial e transformou o Atlântico Sul em um espaço importante para esse Império ibérico. Como resultado material disso, depreende-se a grande quantidade de fortificações erguidas ao longo do litoral africano e brasileiro, que serviram para delimitar e assegurar o espaço de ação dos lusitanos.

Este trabalho teve como propósito apontar algumas relações comerciais importantes para a vida política do Império Português através do Atlântico Sul. De modo particular, foi possível também indicar os feitos responsáveis pela consolidação dos limites territoriais do Brasil, como conhecemos hoje, desde os primórdios da colonização. É válido ressaltar a necessidade de estudos mais profundos sobre a importância do Atlântico Sul para manutenção das sociedades portuguesas e o papel, tanto simbólico quanto real, do sistema defensivo na garantia da posse lusitana nas duas margens do "Mar Oceano". ☉

- FERRO, Marc. *Historia das colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII-XIX*. 1ª edição, Lisboa: Edições 70, 1996. 300p.
- GARCIA, R. *História administrativa do Brasil: 1500-1810*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: UNB, 1975. 147p.
- HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220p.
- \_\_\_\_\_. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1996. 496p.
- \_\_\_\_\_. (org) *História da Civilização Brasileira*. Tomo I. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 412p.
- \_\_\_\_\_. (org) *História da Civilização Brasileira*. Tomo II. A época colonial: administração, economia, sociedade. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 329p.
- MAGALHÃES, J. B. *A evolução militar do Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2001.382p.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Esboço Histórico da Política Exterior do Brasil Colônia, Império e República*. Revista da Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998, p. 12- 24. Ano XIII, nº 37, jan, 1998.
- PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. 212p.
- SELVAGEM, Carlos. Portugal Militar. *Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, ed. suplementar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913. 519p.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, 2.ª ed., Lisboa, Verbo, 1978, 205p.
- UNWIN, T. *El lugar de la Geografía*. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A, 1995. 214p.
- WHELING, A; WHELING, M.J.C.M. *Formação do Brasil colonial*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, 378p.



## Editorial 2011

### Coleção General Benício

HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A TRÍPLICE ALIANÇA  
E O PARAGUAI

Terceiro volume

*Augusto Tasso Fragoso*

Obra composta de cinco volumes, editada pela BIBLIEX na década de 1950. Encontrava-se esgotada, e havia bastante interesse dos leitores em uma nova edição do trabalho. O primeiro e o segundo volumes foram reeditados em 2009 e 2010.

Os volumes quatro e cinco serão editados em 2012.